



Anais da Assembléia

Nº 61

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 1.º DE JUNHO DE 1981

ANO VI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 56.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE JUNHO DE 1981.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Airton Cordeiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bemardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (56) achando-se ausente em licença, os Srs. Deputados: José Tavares e Valduga (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná de um voto de louvor ao Jornal "Gazeta do Povo" e a seu diretor, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, por seu trabalho em favor do desenvolvimento do Estado, expresso na campanha sob o título "Energia a Custo Zero para os Pólos Industriais no Paraná".

Requer outrossim, que se convide o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho a expor nesta Casa a sua tese, em sessão especial, para que se conheçam os alinhamentos básicos e se procure, como Poder Legislativo, somar esforços com o mesmo objetivo paranista.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) Deni Schwartz.

JUSTIFICATIVA:

Juntamos matéria jornalística que trata da Campanha

e esclarece em seus contornos o objetivos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações ao Jornal "GAZETA DO POVO" pelo artigo intitulado "ENERGIA A CUSTO ZERO PARA OS PÓLOS INDUSTRIAIS NO PARANÁ", publicado na sua edição do dia 31 de maio próximo passado, e a sua transcrição nos Anais desta Casa.

Novamente a GAZETA DO POVO toma a iniciativa de estudar e divulgar uma questão da maior importância para nosso Estado. Não causa surpresa que o órgão líder de nossa imprensa se aprofunde sempre, em trabalhos sobre economia, política, indústria, agricultura e sociedade. Como poucos órgãos de divulgação, a GAZETA DO POVO, sob a orientação do jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, cumpre sua missão social, visando a orientar não só o grande público leitor, mas também os órgãos de administração para aquilo que é exigência do interesse comum.

É com satisfação que vemos a "GAZETA DO POVO" abordar um grande assunto — no momento em que o País e o mundo voltam suas vistas e esperanças para o setor energético — e por esta razão cremos que esta Casa deve registrar nos seus Anais, matéria de tal relevância.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à direção do matutino "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) João Mansur.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de apoio ao projeto substitutivo apresentado no Senado, pelo Senador José Richa, estabelecendo que o preço mínimo de garantia do café não será inferior a 75% da média dos diversos preços de registro do produto, fixados pelo IBC, nos trinta dias anteriores à data de sua entrada em vigência.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

O projeto substitutivo do Senador José Richa é de grande importância para a economia paranaense e, principalmente, para a cafeicultura, que vem sendo desestimulada pela política de preços e de comercialização adotada pelo IBC.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício à TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público, para o Conjunto Vila Formosa — próximo ao Jardim da Saudade, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) Nilso Sguarezi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga, Digníssimo Governador do Estado e Saul Raiz, Digníssimo Secretário Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios, solicitando sejam construídas casas populares através da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, nos recém-criados Municípios de Jesuítas e de Três Barras do Paraná, que virá sobremaneira, suprir a carência de moradia dos seus municípios.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga, Digníssimo Governador do Estado e Nivaldo Almeida Neto, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando seja asfaltada a estrada que dá acesso à Escola Agrícola Fernando Costa, em Santa Mariana, numa extensão de aproximadamente 1.000 m.

Solicita, outrossim, que no entroncamento da referida estrada com a Rodovia BR-369, seja construído um abrigo para pedestre.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ministro da Justiça, solicitando o estabelecimento de um acordo com o Governo paraguaio, no sentido de se possibilitar a recuperação pelas autoridades brasileiras dos veículos roubados que diariamente são levados para aquele País, via fronteira. Solicita ainda, o envio de expedientes ao Governador Ney Braga e Secretário Haroldo Ferreira Dias, encarecendo providências no sentido de se reforçar o policiamento na região Oeste, visando conter a onda de roubos e assaltos.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Como representantes de municípios localizados na região Oeste do Estado estamos sentindo a preocupação e o descontentamento cada vez maior da população, com relação à onda de roubos, assaltos e crimes que vem se verificando naquela região. Diariamente, dezenas de veículos são furtados em cidades como Foz do Iguaçu, Cascavel, Céu Azul, Medianeira, Matelândia, Guaíra e outras, e nunca mais são recuperados. Segundo fontes da própria polícia, o destino desses carros é o Paraguai, pois, após cruzarem a fronteira, os ladrões passam a ficar a salvo da ação das autoridades brasileiras, já que, no Paraguai, para o licenciamento dos veículos não há necessidade de apresentação de documentos, os carros roubados são comercializados com muita facilidade pelos ladrões.

Ressalte-se que contribuí muito para a onda de roubo a falta de fiscalização na fronteira Brasil-Paraguai. Esta só é realizada quando há alguma suspeita ou então, denúncia. Normalmente, os veículos passam do Brasil para o Paraguai sem nenhuma fiscalização, ficando assim tudo facilitado para os criminosos.

Nossa sugestão ao Ministério da Justiça é no sentido de que se estabeleça um acordo com o Governo paraguaio, no sentido de se possibilitar a recuperação dos carros roubados pelas autoridades policiais brasileiras. Uma fiscalização mais intensa na fronteira, também poderia impedir tal evasão de carros fur-

tados em toda a região Oeste.

Por outro lado, estamos requerendo ao Governador Ney Braga que determine ao Secretário de Segurança uma atuação mais positiva por parte dos organismos policiais do Oeste do Estado, no sentido de que se coíba a ação de marginais em nossa região. O número de assaltos, roubos e assassinatos tem crescido muito nos últimos meses, chegando a levar a população ao desespero. A atuação policial não vem correspondendo às expectativas e quem sofre muito com isso é o cidadão, que se vê indefeso à mercê dos marginais.

Acreditamos que uma atuação mais intensa dos diversos organismos policiais existentes na região Oeste poderão colocar fim ao clima de pânico e medo que está presente naqueles municípios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes ao Conselho Nacional do Petróleo, ao Ministério da Agricultura e aos Ministérios da Área Econômica, sugerindo medidas que possibilitem a utilização do BIOGÁS, em veículos automotores utilizados no trato da Agropecuária.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações obtidas junto a órgãos financiadores, são já centenas de proprietários agrícolas que se utilizam do BIODIGESTOR para produção de gás metano — alternativo energético que substitui a eletricidade com diversas vantagens, dentre as quais, a econômica.

Um único metro cúbico de biogás é o suficiente para gerar força bastante para o funcionamento de um fogão, uma geladeira, um chuveiro e várias lâmpadas.

Para produção de 1 m³ de biogás, necessita-se ou de 30 quilogramas de excremento bovino, ou de 10 de excremento suíno ou de 8 de aves poedeiras.

No Paraná, estão sendo implantados biodigestores com capacidade para 5 m³, 10 m³, 15 m³, 20 e até 25 m³.

Nossa proposta incide justamente no aproveitamento do biogás, para impulsionar veículos utilizados na agricultura e na pecuária, tais como "pick-ups", "jeeps", caminhões etc...

Aliás, a utilização do biogás como combustível para automotores, vem se registrando de há tempo na Itália, para citar um único país europeu, à guisa de exemplo, o que não ocorre no Brasil, forçando o uso do gás de cozinha para essa finalidade, de forma clandestina, à margem da lei.

É sabido que milhares de automóveis trafegam em todo o território brasileiro, valendo-se desse processo, aprovado pelo uso e proibido pelo Código Nacional de Trânsito.

Por outro lado, cumpre-nos ressaltar que, para o processamento da liquefação do biogás, é indispensável o uso de um compressor de múltiplo estágio, que atinge até 120 atmosferas. Aparelho de tal porte não é fabricado no Brasil, justamente pela inexistência de finalidade para sua função, ou de absorção de sua potência.

Na Itália, porém, milhares de produtores agrícolas valem-se do biogás como combustível de seus veículos, graças à formação de cooperativas, através das quais, a aquisição desse compressor é compensada sobejamente pela grande quantidade de biogás liquefeito e distribuído entre os cooperados.

Oferecemos esta sugestão às entidades governamentais nominadas na súmula, esperançosos de que a tão propalada prioridade agrícola saia dos vídeos da televisão, das páginas dos jornais e das entrevistas ministeriais, assumindo de imediato, aspectos sólidos e palpáveis.

Ora, a grande maioria dos agropecuaristas, do Paraná e do

País, não têm acesso ao caro programa de eletrificação rural, além de arcar com gastos tirânicos com o consumo de derivados de petróleo.

Anote-se ainda, que por informação do pessoal técnico da ACARPA/EMATER-PR, soubemos que o Instituto de Pesquisas da Marinha desenvolve, com sucesso absoluto, uma série de estudos baseados no biogás como elemento energético em potencial.

Observe-se também que os elementos usados na fabricação do biogás, ao contrário da cana-de-açúcar, não ocuparão áreas de plantio, cristalizando-se a teoria "NA NATUREZA NADA SE PERDE, TUDE SE TRANSFORMA".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao empresário Francisco da Cunha Pereira, manifestando o apoio desta Casa de Leis à sua tese de fornecimento de energia a custo zero para a criação de pólos industriais no Estado, e também para a Ferrovia da Soja, por um prazo mínimo de trinta anos.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

A construção da Hidrelétrica de Itaipu trará alguns benefícios para o Estado, mas os prejuízos sociais e econômicos que a obra trará ao Paraná poderão não compensá-los. Assim, é necessário que se permita aos paranaenses usufruir dos benefícios que a Hidrelétrica gerará. Dentro desta perspectiva, a tese definida pelo diretor da GAZETA DO POVO vem muito a calhar, pois, prevê o fornecimento gratuito de energia por trinta anos para a Ferrovia da Soja e para a implantação de pólos industriais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Desembargador Heliantho Camargo, expediente no sentido de que na proposta da Nova Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criada a Comarca de Pinhão, desvinculando-se da Comarca de Guarapuava.

Tal solicitação se faz tendo em vista o grande desenvolvimento alcançado pelo Município de Pinhão, comportando a criação da Comarca, o que trará inúmeros benefícios aquela importante comuna de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à SANEPAR, encarecendo medidas urgentes, a fim de que sejam atendidos com abastecimento de água tratada, os moradores do Conjunto Vila Formosa, próximo ao Jardim da Saudade, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à COPEL, solicitando providências no sentido de providenciar iluminação pública na via de acesso ao Conjunto

Vila Formosa, próximo ao Jardim da Saudade, nesta Capital. Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM expressa manifestação do Plenário para endossar o envio de sugestões à douta Comissão Especial do Tribunal de Justiça que elabora proposta da Nova Organização Judiciária do Estado do Paraná.

1 — Que a 21.ª Seção Judiciária compreenderá: Varas Criminais da Comarca de Ponta Grossa e Comarcas de Imbituva e Ipiranga.

2 — Que a 49.ª Seção Judiciária compreenderá: as Comarcas de Palmeira, São Mateus do Sul, São João do Triunfo e Teixeira Soares.

3 — Que a 33.ª Seção Judiciária compreenderá: as Comarcas de Pato Branco, Coronel Vivida, Chopinzinho e Clevelândia.

4 — Será criada a 64.ª Seção Judiciária que compreenderá a Comarca de Colombo.

5 — Serão classificadas como de Entrância Intermediárias as Comarcas de Palmeira e Colombo.

6 — Será criado o 2.º Ofício de Registro de Imóveis na Comarca de Palmeira.

7 — Serão criadas as Comarcas de Catanduvas com jurisdição aos Municípios de Catanduvas e Três Barras do Paraná, e Comarca de Capitão Leônidas Marques, bem como a Comarca de Rio Branco do Sul.

Que a decisão seja comunicada através do Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça, com quem as lideranças mantiveram entendimentos e gestões, no encaminhamento das presentes sugestões.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

aa) NILSO SQUAREZI, LINEU TURRA,

ERONDY SILVÉRIO, FIDELCINO TOLENTINO

NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

O elenco das sugestões acima, constavam da pauta de emendas ao Projeto de Lei 30/81, oriundo da Mensagem Governamental n.º 34/81, que trata de alterações ao Código de Organização e Divisão Judiciária do Paraná, tramitando neste Poder.

Os Deputados proponentes das emendas e subscritores do presente, aceitaram as sugestões do Sr. Corregedor Geral da Justiça que apelou junto às Lideranças para que fossem as emendas transformadas em sugestões à Douta Comissão do Tribunal de Justiça que elabora a proposta da nova Organização e Divisão Judiciária.

Assim, colaborando para que a sistematização da nova Organização e Divisão Judiciária, não venha a ser comprometida, objetiva o requerimento obter o endosso do Plenário, para que tais reivindicações possam ser convenientemente atendidas e sem delongas possa ser aprovado o Projeto de Lei n.º 30/81, já referido.

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 51/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica doado à Associação dos Professores do Paraná, o lote de terreno com área de 1.555,60 m², situado no perímetro urbano de Guaratuba, transcrito sob n.º 17.827, do Livro 3-1, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — O imóvel, objeto da doação contida no artigo anterior, destina-se à construção da Colônia de Férias da Associação dos Professores do Paraná, não podendo ser alienado,

nem dado à penhora, sob pena de reversão automática ao patrimônio do Estado.

Parágrafo único — A construção no imóvel de que trata este artigo será iniciada em prazo máximo de três (03) anos, a contar da vigência desta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

O imóvel de que trata este projeto foi doado à Associação dos Professores do Paraná pela Lei n.º 5.870, de 06/11/68.

Todavia, nela se continha, entre outras cláusulas onerosas, o prazo de cinco anos para a utilização do aludido terreno. Como a entidade por falta de recursos financeiros não conseguiu iniciar as obras de construção da Colônia de Férias, faz-se necessário renovar-se a doação, que ilide a efetivação da condição resolutiva temporal, e lhe dá condições, dentro de um prazo razoavelmente suficiente, para iniciar a obra em questão.

PROJETO DE LEI N.º 52/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Escola Suíço-Brasileira de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Como se deprende da análise do relatório de atividades e documentação anexos, a entidade que apresentamos à declaração de utilidade pública, mantenedora de exemplar estabelecimento de ensino, tem se destacado pela operosidade e dedicação de seus dirigentes e membros, para a consecução de seus objetivos.

Por estas razões, e tendo em vista a organização enquadrar-se nas normas vigentes, propomos o presente plano de lei, esperando contar com o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresento requerimento a ser endereçado ao Sr. Governador do Estado, Ney Braga, cuja justificativa passo a ler. (Lê) “Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Governador Ney Braga, sugerindo a implantação do 13.º salário, a partir deste ano para o servidor público estadual.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

É fato público que uma das classes que mais vem sendo atingida pela espiral inflacionária é a do funcionário público. Premiada a partir de 1.º de janeiro último com um aumento de 72%, concedido pelo Governo Estadual, o funcionário público viu este percentual ser pouco a pouco corroído, em função de diversos aumentos que vêm sendo registrados nos últimos meses.

Ainda na semana passada, o Governo Federal anunciou o índice de reajuste das prestações da casa própria, adquirida através do Sistema Financeiro da Habitação. A cifra de 73% foi

apenas mais um dos muitos golpes dados contra o bolso do servidor público estadual.

Cite-se ainda, os contínuos aumentos do custo de vida, da energia elétrica, das contas telefônicas, de água e esgoto etc. Tudo isso faz com que o barnabé mergulhe hoje numa situação grave, com relação ao seu orçamento.

Por outro lado, recentemente, quando da realização do VIII Congresso Nacional dos Servidores Públicos, em Recife, o diretor geral do DASP, José Carlos Soares Freire, admitiu como certa a implantação do décimo-terceiro salário para o servidor público federal, possivelmente já a partir deste ano.

Disse textualmente o Diretor do DASP que “o novo Estatuto do Funcionário Público consolida praticamente todos os direitos conquistados pela categoria até hoje e contempla o servidor com o 13.º salário”.

O projeto do novo Estatuto está atualmente sendo discutido a nível de Governo para depois ser submetido ao Congresso Nacional. Assim, no máximo, a partir do ano que vem, o funcionalismo federal passará a contar com o 13.º.

Assim, nada mais justo do que, a nível estadual, o Governador Ney Braga venha a se antecipar a tal iniciativa do Governo Federal, concedendo já a partir deste ano o benefício para o sofrido funcionário público estadual.

Será, sem dúvida alguma, uma medida de grande alcance social do Governo Estadual, que vem se notabilizando por ter colocado em prática, uma política estadual que vem em benefício do homem.”

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As últimas notícias que a imprensa publicou sobre a licenciosidade que vem pontificando nos programas de televisão, servem como consolo e esperança de que a coisa pode mudar.

O Cardeal-Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, ao comentar as discussões em torno de existência de um excesso de licenciosidade nos meios de comunicação, mais especificamente nas programações das emissoras de televisão, lembrou que “os valores fundamentais da convivência humana, precisam ser discutidos e colocados no devido lugar. Nós somos todos responsáveis por eles, principalmente os que comunicam, que veiculam esses valores ou anti-valores.

Segundo D. Evaristo, “todos têm direito de manifestar-se democraticamente sobre isso, sobretudo se aceitamos uma sociedade pluralista. Mas é certo que o bem da juventude e da infância e do povo mais simples prevalece sobre a licenciosidade ou exageros que outras classes facilmente assimilariam e contra a qual se imunizariam. É certo também, que a licenciosidade tem desfibrado nações que dificilmente se recuperaram ao longo da história”.

Nos últimos dias houve um grande movimento em São Paulo, quando as mulheres paulistas encaminharam um memorial contra a licenciosidade nos meios de comunicação, especialmente na televisão, fato que provocou uma reunião dos Ministros da Justiça, Educação e Comunicações.

Já um outro despacho de Brasília informava que o Chefe da Divisão de Censura e Diversões Públicas, JOSÉ VIEIRA MADEIRA, teria sido repreendido pelo Ministro da Justiça por ter cochilado na censura de alguns programas de televisão que chocaram setores da opinião pública por serem considerados negativos à moral e aos bons costumes.

Na verdade, as cenas imorais e as piadas indecentes da televisão chegam a tal estágio que a Rede Globo de Televisão decidiu criar um Conselho Interno de Censura para evitar excessos que admite ter cometido ultimamente.

É preciso que a família brasileira se levante contra esse

estado de coisas, onde a televisão — como o mais importante meio de comunicação de massas — invade nossos lares para mostrar cenas indecentes, imorais e altamente desrespeitosas à dignidade da família.

Solicitamos assim, que o Paraná fale através desta Casa do Povo, encaminhando um telex ao Ministro da Justiça de total apoio ao memorial das mulheres paulistas, traduzindo um desejo que estou seguro é de toda a família brasileira.

Nosso requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê) “Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar ao Excelentíssimo Senhor IBRAHIM ABI-ACKEL, Ministro da Justiça, o telex, conforme texto a seguir enunciado:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ TRANSMITE VOSSÊNCIA O MAIS INTEGRAL APOIO AS MEDIDAS QUE SEJAM TOMADAS ESSE MINISTÉRIO NO SENTIDO COMBATER LICENCIOSIDADE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ESPECIALMENTE NOS PROGRAMAS TELEVISÃO.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1981.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente, acho justo destacar a posição que galga o Paraná junto ao Tribunal Superior do Trabalho, pela nomeação, por ato do Senhor Presidente da República, de Luiz José Guimarães Falcão, ex-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, com jurisdição nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Acompanhamos pessoalmente os esforços extraordinários que desenvolveu Luiz José Guimarães Falcão para criação de mais Juntas de Conciliação e Julgamento do Estado do Paraná.

Testemunhamos através de vários e vários meses, o saber jurídico, o equilíbrio humano e a extraordinária capacidade desse Juiz da Justiça do Trabalho, e a sua nomeação para o Tribunal Superior do Trabalho significa uma vitória do Paraná. Graças também, ao empenho que desenvolveu esta Casa e ao empenho que desenvolveram outros setores da vida paranaense.

Quero, de outro lado, parabenizar desta tribuna, o Diretor do jornal “Gazeta do Povo”, Francisco Cunha Pereira Filho, pela tese esposada na edição de ontem da “Gazeta do Povo”, sob o título “Energia a Custo Zero para os Pólos Industriais do Paraná”, matéria que merece um editorial do mesmo jornal, sob o título, “Paraná que o Brasil nos deve”, edição de hoje, edição que também aborda as repercussões desta tese do ilustre jornalista e grande paranaense.

Não há como se deixar de reconhecer que o momentoso tema levantado pela Gazeta do Povo tem não só um profundo sentido econômico como e principalmente, um profundo sentido social, porque qualquer análise sociológica feita hoje no Paraná e em Estados do porte do Paraná, comprovam que o fluxo migratório, é consequência fundamental da impossibilidade da fixação das populações no interior do Estado e de outros Estados brasileiros.

Consequência deste fluxo migratório, nós temos as grandes concentrações urbanas, a proliferação constante das favelas, o crescimento brutal do nível de desemprego e sem dúvida, a criação de pólos industriais em Foz do Iguaçu, Curiúva, Paranguá, São Mateus do Sul e Guaíra, como propõe o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho é um instrumento que se coloca à disposição do desenvolvimento econômico e social do nosso

Estado.

Não poderíamos, na verdade, esperar uma atitude que não esta, de um paranaense profundamente enraizado aqui e de um homem que como paranaense tem sabido elevar, através da “Gazeta do Povo”, do Canal 12 e das televisões mantidas em Londrina e Maringá, os valores culturais do nosso Paraná.

Quero, portanto, entender que esta Casa deve assumir uma postura de apoio inquestionável a essa tese, da mesma forma que julgo importante que todos os extratos da sociedade paranaense, se incorporem a essa atitude que é altamente paranaense e que traz no seu conteúdo, a responsabilidade de que cada paranaense deve ter com as coisas deste Estado.

Reconhecemos a largueza dos efeitos econômicos e sociais da Hidrelétrica Itaipu. Defendemos a sua construção, por tudo o que de bom Itaipu vai trazer ao Paraná, mas da mesma forma como assim entendemos, julgamos importante que Itaipu devolva benefícios diretos e não somente indiretos para o nosso Estado, porque o Paraná não consumirá toda a energia gerada por Itaipu. No entanto, vai entrar no processo de funcionamento de Itaipu, com áreas extraordinariamente férteis. E os problemas sociais que hoje já se verificam, como a desapropriação de inúmeros proprietários de terras, com a expropriação que vem sendo objeto de análise e de debate nesta Casa. É justo, por esta razão, que o Paraná tenha também, este retorno direto, este retorno localizado e é por esta razão, principalmente, que nós estamos nesta tribuna, apoiando incondicionalmente a tese de Francisco Cunha Pereira Filho.

Ao tempo em que julgamos oportuno, que a indústria, que o comércio, que toda a comunidade do Paraná, que a classe política incorporada, que todos enfim, somados, saibamos valorizar uma tese eminentemente paranaense. Pelo seu valor e pela sua profundidade.

Parabenizo, pois, a este ilustre paranaense e espero, que o Brasil saiba compreender esta, que é uma manifestação de um Estado que tanta contribuição tem oferecido ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nós que convivemos na Região Oeste paranaense, fronteira com o irmão País paraguaio, estamos sofrendo diariamente, reivindicações dos moradores da Região Oeste paranaense, com referência aos furtos e roubos de carros que diariamente tem aumentado.

E a polícia não consegue na realidade, descobrir ou controlar as maiores “gangs”, montadas no nosso Estado que está no Brasil, destes veículos que são levados para o Paraguai. E não há uma política de entrosamento entre o nosso País e o País irmão, para recuperarmos, pelo menos, uma parcela dos veículos que lá estão. E está a nossa Região inteira a reclamar, e agora especialmente, que mais facilitado está o transporte à passagem desses veículos para o país vizinho, porque até a última vinda do Secretário Geral da Receita Federal Carlos Dornelles, existia em Foz do Iguaçu o controle para que esses carros transitassem no país vizinho. E, este controle foi abolido, em favor da desburocratização.

Mas, na realidade, há metas que são impossíveis se extinguirem com a passagem do veículo livre, sem uma fiscalização rigorosa, estamos perdendo diariamente dezenas de carros para o Paraguai. E estou endereçando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste momento, um requerimento à Sua Excelência o Ministro Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça, para que o mesmo tome providência junto com a Polícia Federal e quem sabe, uma reunião sua com o Ministro da Justiça do País vizinho, para que se crie um controle para que esses nossos veículos não sejam

diariamente, roubados e levados para o Paraguai, onde não é exigido a nota de importação e nem sequer documentação que este veículo transitava em nosso país.

E, também neste nosso requerimento, nós o endereçamos a Sua Excelência o Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública, para que ambos tomem providências urgentes, tornando a polícia da nossa região, ou mais especialmente da Região Oeste, mais rigorosa e que ela tenha mais cuidado com o patrimônio público, porque estamos totalmente abandonados de segurança em nossa Região.

E, tenho recebido diariamente também, telegramas de Vereadores, de lideranças comunitárias de nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — (Faz soar os tímpanos).

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Já concluo, Sr. Presidente. Quando nos são comunicadas as notícias estarrecedoras, do montante de veículos roubados e que não há um controle sequer para tentarmos segurar o nosso patrimônio, e muitos deste veículos são assegurados pelas companhias seguradoras de nosso País e vendidos lá no Paraguai, a preços baixos e depois recebido o seguro em nosso País, é de se lamentar. É de se lamentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não haja ainda por parte do Ministério da Justiça e das autoridades policiais de nosso Estado, um rigoroso controle no sentido de que não se leve mais os nossos carros roubados para o Paraguai.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comparecemos à tribuna, na tarde de hoje, para encaminhar à Mesa um requerimento solicitando apoio desta Casa ao projeto substitutivo do Senador José Richa que estabelece o preço mínimo de garantia do café em não menos que 75% da média dos diversos preços de registro do produto, fixados pelo IBC, nos trinta dias anteriores à data de sua entrada em vigência. Este projeto já foi aprovado pela Comissão de Agricultura do Senado e se constitui em importante defesa da economia de nosso Estado e, principalmente, de nossa cafeicultura.

O projeto original estabelecia em 70% esse limite. O Senador José Richa, atento e sensível à questão, levou ao Senado as aspirações deste setor da economia, responsável há tanto tempo por grande parte das divisas conquistadas pelo País.

Esta não é uma questão que deva ser colocada em termos de interesses partidários, Senhor Presidente, Senhores Deputados. É uma questão que deve ser vista na ótica dos produtores e de nosso próprio Estado. A cafeicultura vem sendo, de maneira injusta, vítima de uma política que a desestimula e que se caracteriza num dos principais problemas que devemos enfrentar hoje em nosso Estado, em nosso País.

Vejamos o problema da cota de contribuição, Senhores Deputados. É um absurdo o que o Governo retira da cafeicultura sob esse título. A cota de contribuição, na verdade, não passa de um imposto absurdo que se impôs da maneira mais arbitrária. É na verdade um confisco, através do qual o Governo tem uma das grandes fontes de recursos do orçamento monetário nacional. Hoje, a cota de contribuição representa 68% do preço de registro para exportação de uma saca de café. Sabemos que, apesar de absurda, a cota de contribuição, eufemismo de confisco, não poderá ser retirada de uma só vez, tal a sua importância na composição do orçamento. Nosso Partido, estudando o assunto, está defendendo através do Senador José Richa, uma escala decrescente de incidência, estabelecendo a cota em 50% desse preço para vigorar no segundo semestre de 81, 40% no primeiro semestre de 82, 30% no segundo semes-

tre do ano que vem e, finalmente, 20% a partir de 1983.

Esta proposição, Senhores, apenas faz justiça à cafeicultura. O Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, considerou fora da realidade a pretensão dos produtores e anunciou para a primeira reunião do Conselho Monetário Nacional, no fim deste mês, a sua análise sobre os preços. A verdade é que os produtores serão prejudicados se o preço for fixado em menos de Cr\$ 11.800,00 por saca a partir de 1.º de julho. O Governo acena com apenas Cr\$ 9.000,00 por saca, enquanto o cafeicultor pede Cr\$ 13.000,00.

Mais uma vez o Governo se volta contra aquele que produz para beneficiar aquele que compra. A atividade cafeeira gera um excedente de renda absorvido pelo Governo Central que permite a aquisição da produção sem a necessidade de inflacionar a economia com a emissão de recursos. Mas esse recurso está sendo utilizado para bonificar o importador. A nível externo o nosso País vem perdendo o mercado nos últimos anos, principalmente nos Estados Unidos. A isso devemos somar outro componente da política de comercialização do IBC, que concede descontos ou bonificações acima de 115 dólares por saca para o importador multinacional. Como isso se reflete internamente? Ora, Senhores. É evidente o desestímulo aos produtores, o que explica o abandono da atividade em nosso Estado.

O IBC tem desenvolvido uma política desastrosa. Isso se revela na perda de mercados. Em 1950, o Brasil detinha 52,2% do mercado americano. No ano passado, ficou com apenas 15%. Há uma inépcia evidente da direção do IBC ao conduzir os nossos interesses comerciais em torno do café. Em vez de se obter recursos, prefere-se sacrificar o que já está sacrificado, o produtor, através do preço de garantia irreal e de uma comercialização que tanto a nível interno como a nível externo, favorece apenas os grandes grupos monopolistas.

O próprio mercado interno vem se reduzindo. Antes, consumíamos 8 milhões de sacas. Hoje, apenas 6,5 milhões de sacas. É evidente que com essa política do IBC, o produtor recebe pouco e o consumidor paga muito pelo café.

O desastre da política cafeeira tem levado a erradicação desta cultura que já foi responsável pelo desenvolvimento de nosso Estado. A política do IBC está levando a diminuição de áreas produtivas de café que ainda poderia se constituir um dos principais produtos de nossa pauta paranaense de exportações, mas que vai decrescendo na mesma medida em que o produtor se vê fraudado, frustrado em suas expectativas.

Vejam os dados sobre o Paraná. Em 1961 existiam um bilhão e duzentos e oitenta e um milhões de cafeeiros. Hoje, em 1981, existem apenas 681 milhões, um decréscimo na ordem de 50%. Em 1962 do total da produção nacional de café, o Paraná contribuía com 62%. Hoje, apenas 22%, é quanto soma a participação de nosso Estado. Em 1979, o Paraná tinha 65 mil imóveis rurais produzindo café. Hoje, passado menos que dois anos, restam apenas 58 mil imóveis rurais que continuam a produzir café. E a tendência é diminuir ainda mais o número de produtores, tal o descabro da política cafeeira e seus nocivos efeitos sobre a economia e principalmente sobre o produtor.

Em 1979, Senhores, o Paraná tinha 350 mil famílias agregadas à produção de café. Hoje, apenas 240 mil famílias. São mais de 500 mil pessoas que abandonaram o campo porque perderam a oportunidade de trabalho na cafeicultura. Esse fenômeno, explica em parte, o fenômeno da evasão de paranaenses. E devemos constatar também, Senhores Deputados, que esta política nociva do IBC coincide com a época em que os grandes proprietários começam a abandonar a cultura para se dedicarem a outras lavouras mais gratificantes, mais lucrativas, como a soja, a cana-de-açúcar para a produção de álcool. Nesse mesmo período, vimos um rápido processo de concentração de propriedade fundiária, que analisamos há poucos dias aqui desta tribuna.

Em 1.970, o Paraná possuía 570 mil propriedades rurais. Hoje, apenas 437 mil. Um dado intimamente relacionado com a política que levou a erradicação do café em favor de culturas que não utilizam mão-de-obra intensiva e que expulsam o homem do campo.

Diz o IBC que neste ano a safra cafeeira será de 32,1 milhões de sacas, a quarta safra em volume em toda a história de nossa cafeicultura. Os produtores estão negando este dado. Informam que ele está completamente equivocado. E acusam o IBC de divulgar esses índices irresponsavelmente, pois isto produz um efeito de redução dos preços no mercado externo.

É importante observar que o IBC tem se comportado de tal forma em relação aos produtores e sempre privilegiando os importadores estrangeiros que nada nos faz duvidar de que esteja realmente tentando beneficiá-los.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A defesa dos interesses da cafeicultura é um dos pontos importantes da defesa dos interesses paranaenses. E mesmo da defesa dos interesses nacionais que nos últimos tempos foram submetidos pelos grupos monopolistas estrangeiros que passaram a controlar todos os aspectos da vida econômica do País.

Apoiar este projeto do Senador José Richa apresentado ao Senado da República é defender o Paraná.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Tadeu Lúcio Machado, é com muita satisfação que apartemos Vossa Excelência para dizer que como representante do Norte Pioneiro do Estado, onde a cafeicultura já teve um grande peso e ainda hoje continua a ser uma das culturas mais importantes, é com muito prazer que nós vemos Vossa Excelência vir à tribuna, para também juntar-se a tantas outras vozes que hoje se preocupam de uma maneira específica, com o problema do café.

E Vossa Excelência o faz muito bem, porque o café hoje no Brasil, tido como uma cultura estigmatizada pelas autoridades federais, sempre importando, ou sempre declarando que café é cultura de gente rica, nós vamos ver, para quem conhece agricultura, não é o caso do Sr. Camilo Pena, Ministro da Indústria e Comércio, que não conhece nada sobre café e que tem dito verdadeiras barbaridades, a nível nacional, com respeito a este assunto, ele como não entende do assunto, também não tem representado de forma alguma, o que realmente o cafeicultor precisa.

Há o aspecto social e econômica do problema. O aspecto social todo mundo conhece, todo mundo sabe, que realmente o café é a única cultura que realmente segura, prende e dá trabalho ao homem do campo. Se nós temos hoje no Brasil, cerca de 1.300 mil cafeicultores, temos indiretamente trabalhando para a agricultura do café, para o café, quase 10 milhões de brasileiros que dependem do café.

E se nós não tivermos, e agora o lado econômico da coisa: condições de um preço estimulante, não o de grandes lucros, mas que dê uma recompensa justa ao cafeicultor, nós estaremos jogando às periferias da cidade, às favelas que cada dia aumentam mais, mais alguns milhões de brasileiros que serão abandonados, fatalmente, porque a agricultura, a cafeicultura, especificamente não terá condições de dar-lhes empregos.

Este dado o Governo faz questão de desconhecer, quando dizemos que no ano passado só o café representou quase três bilhões de dólares, quer dizer, muito mais de 15% das cambiais que o País exportou, não é possível que o Governo continue a fazer ouvidos de mercador, com relação aos cafeicultores.

E Vossa Excelência deverá participar, tenho certeza, do próximo Encontro Nacional dos Cafeicultores do Brasil, que será no dia 10 de junho, agora em Brasília.

Até a proposta do local foi minha sugestão lá em Poços de Caldas, já no II Encontro Nacional. E a sugestão foi específica, porque Brasília é o coração decisório da Nação, administrativo e político.

Então, precisávamos levar a Brasília o maior número de agricultores. Sei que é com imenso sacrifício, mas espera-se em Brasília quase 5.000 cafeicultores.

Agora, precisamos, Deputado Tadeu Lúcio Machado, ao lado do cafeicultor está o homem político, está o homem público, está o Senador José Richa, os Senadores do Paraná, os Deputados Federais, os Estaduais, os Prefeitos Municipais das áreas produtoras, os Presidentes das Câmaras Municipais, enfim, para fazermos uma grande pressão política no Governo, para que possamos alcançar o preço calculado na base do custo do café, com a margem pequena de lucro que é de Cr\$... 13.000,00 a saca.

Se o Governo não der este preço, temos a certeza que o desestímulo será total, e que milhões de cafeeiros serão erradicados, com o conseqüente desemprego e o conseqüente êxodo rural para as periferias das grandes cidades.

Portanto, o pronunciamento de Vossa Excelência é importantíssimo, porque às vezes as pessoas acham o problema "café" um problema um pouco cansativo, de tanto que se fala. É porque o Governo nunca atende o cafeicultor brasileiro.

A presença de Vossa Excelência nesta tarde, é fundamental, e espero que Vossa Excelência, na sua região específica, o Norte Pioneiro, faça o maior empenho junto aos Prefeitos, aos Vereadores, Presidentes de Câmaras, aos cafeicultores, para que se cotizem, fretem ônibus e vão à Brasília no dia 10 de junho.

Estive segunda-feira em São Paulo, em reunião com o ex-Governador Abreu Sodré, que é o Presidente nacional da cafeicultura, hoje, um dos grandes líderes da cafeicultura brasileira, e realmente todos nós achamos, nessa reunião, onde estavam Presidentes de Cooperativas, agricultores, etc. que, se em 10 de junho não tivermos condição de fazer o grande "xeque-mate" no Governo, dificilmente terá sobrevivência a cafeicultura no Brasil.

Muito obrigado, Deputado, e me perdoe pelo longo aparte que dei a Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e, à guisa de informações, acredito que Vossa Excelência já tenha tido conhecimento, no passado, a cidade de Santo Antônio da Platina realizou um movimento dos cafeicultores, exigindo naquela oportunidade, melhor preço para a saca do café, e, até mesmo a extinção do confisco cambial do café.

Entretanto, o que vimos naquela oportunidade, foi o Governo Central pressionando os líderes daquele movimento, evitando que aquele movimento tomasse corpo e continuasse. Porque, como sabemos, hoje o médio e o pequeno cafeicultor estão enterrados nos bancos oficiais, nos bancos que dão financiamentos agrícolas.

E o movimento dos cafeicultores, no ano passado, na cidade de Santo Antônio da Platina, foi frustrado única e exclusivamente por pressão do Governo, que não admite melhor preço para a safra do café, e que não admite melhor condição para a cafeicultura, e, conseqüentemente, não admite que milhares de problemas sociais sejam solucionados e sejam evitados neste País.

O Sr. Romero Filho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, queremos nos congratular com o pronunciamento de Vossa Excelência, em defesa do cafeicultor do Paraná. E queremos dar alguns exemplos: após a geada de 1.975, o lavrador, o produtor, vendiam o café a Cr\$ 60,00

o quilo. Naquele ano, a tonelada de adubo custava Cr\$ 1.000,00

Hoje, o quilo do café está a Cr\$ 90,00, subiu 50% em seis anos. Mas, uma tonelada de adubo custa, hoje, Cr\$... 40.000,00.

Naquele ano, o Governo subsidiava o adubo, através do Banco do Brasil. Hoje, o Governo, o Banco do Brasil, melhor dizendo, cobra 45% de juros, desse adubo.

Então, o lavrador ao comprar o adubo hoje, está pagando Cr\$ 60.000,00 a tonelada.

Não há mais condições de se adubar a lavoura, que, a cada dia está produzindo menos.

Mas, enquanto o lavrador, hoje, vende o seu produto a Cr\$ 90,00 o quilo, o consumidor está pagando Cr\$ 260,00.

E o café quebra apenas 20% na torrefação. E a diferença de preços é muito grande.

Então, existe, aí, um lucro exorbitante para o intermediário e que o Governo não está vendo.

Nós que moramos numa região que vive essencialmente do café, Umuarama, que, nos anos de 1.970, pelo Censo, tinha 175 mil habitantes, hoje, com o agricultor não conseguindo mais manter a sua lavoura, entrando o boi, a nossa Região tem apenas 105 mil habitantes. Decaindo, em dez anos, em 70 mil habitantes, numa região com a de Umuarama.

Esse é um exemplo que estamos dando para que o Governo tome providências, porque, dentro de dez anos, não teremos mais lavouras de café, no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, tão somente para parabenizar Vossa Excelência, porque já era hora de unirmos nossas mentes, juntarmos nossos pensamentos, em defesa desse produto real do Brasil que é o café e somente gostaria de lembrar, não sei, talvez Vossa Excelência aborde esses dados durante o transcorrer do seu discurso; só gostaria de lembrar que o café já desempenhou no Brasil, papel importantíssimo, assim como desempenhou a cana-de-açúcar, assim como desempenhou o ouro, assim como outros produtos tem passado e a crise capitalista é cíclica e somente para lembrar que em 64, ou antes, ou até 64, nossa dívida externa quando importava, não menos de três bilhões de cruzeiros, nós tínhamos um estoque de aproximadamente 60 milhões de sacas de café. Tínhamos portanto um estoque para pagar grande parte daquela dívida. Hoje praticamente não temo estoque e a dívida está em 60 bilhões de dólares.

Isto é um dado muito indicativo. Isto demonstra não só no café, como em toda agricultura brasileira, o Brasil sendo um País agrícola, a incompetência do Governo em realmente dar um desenvolvimento.

O tempo do milagre passou, o tempo das injeções do capital estrangeiro no País passou e agora estamos vivendo os anos das vacas magras, mas vacas magras não por falta de produção, não por falta de clima favorável. Vacas magras para o povo, enquanto gordíssimas para os que realmente estão dirigindo a Nação e o mesmo falando da corrupção no IBC, sabemos que lá não existe sintoma algum de vacas magras. Somente esta lembrança e meus parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e vão aqui alguns dados para corroborar com aquilo que Vossa Excelência afirmou:

Em 1.961, existia um bilhão e 281 milhões de cafeeiros; hoje, vinte anos depois, existem apenas 681 milhões. Um decrés-

cimo na ordem de 50%.

Em 1.962, do total da produção nacional de café, o Paraná contribuía com 62%; hoje apenas 22% é a participação do Estado do Paraná. Em 1.979, o Paraná tinha 65 mil imóveis rurais produzindo café; hoje, passados menos de dois anos, restam apenas 58 mil imóveis rurais que continuam a produzir café e a tendência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é diminuir ainda mais o número de produtores, pois tal é o descalabro da política cafeeira e os seus nocivos efeitos sobre a economia nacional, sobre a economia do nosso Estado e principalmente sobre o nosso pequeno e médio produtor.

Em 1.979, o Paraná tinha 350 mil famílias agregadas à produção do café. Hoje nós temos apenas 240 mil famílias. São mais de 500 mil pessoas que abandonaram o campo porque perderam a oportunidade de trabalho na cafeicultura.

Está aí o resultado a demonstrar: os anéis de pobreza das grandes cidades tantas vezes falados, continuam engrossando e os dados estão aí para dizer o resultado, para confirmar de onde vem o problema social do nosso País. Está ele principalmente, no problema da agricultura.

Devemos constatar também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a política nociva do IBC coincide com a época em que os grandes proprietários começam a abandonar a cultura, para se dedicarem às lavouras mais gratificantes e mais lucrativas, tal o caso da soja, da cana-de-açúcar para produção do álcool.

Hoje, problema sério para o nosso Estado e que dessa mesma tribuna já tivemos a oportunidade de analisar e de dizer dos problemas que futuramente irão causar.

Concedo o aparte ao Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — É um prazer, Deputado Tadeu Lúcio Machado, ver a análise que Vossa Excelência faz no dia de hoje. E parece-me que, há que se reforçar um traço fundamental nessa sua análise, que muitas vezes jogamos como culpado, este ou aquele ministro, este ou aquele presidente do IBC. É óbvio que eles são endossadores dessa política, avalizam, portanto, aquilo que está acontecendo. Mas, nós não podemos olvidar a questão maior, que exatamente são os ciclos econômicos que este País vive, por estar ele dominado por um sistema econômico voltado a interesses que não são os dos brasileiros, muito menos, portanto, dos pequenos e médios proprietários, dos homens do campo ou quer dos homens da cidade.

É óbvio que isso fica claro, como nós passamos periodicamente a viver, ciclos hora do pau-brasil, da cana-de-açúcar, depois do ouro, depois do algodão, do café, agora da soja. Porque uma economia cíclica na verdade, é um suicídio paulatino da economia de um País, porque ele gera toda uma monocultura de um lado e de outro, todo o problema social, o ônus maior que é o que nos preocupa especialmente.

Por isso, Sr. Deputado, se a visão, por exemplo, de um Ministro como Camilo Pena da Indústria e Comércio e do próprio Presidente do IBC, são visões oblíquas, vesgas, há que se inserir nesse contexto maior, que eles são meros instrumentos de um projeto maior que existe no País há tanto tempo, e que principalmente há partir dos últimos anos, a coisa tem sido pródiga.

Quando Vossa Excelência coloca essa visão, de que nós reduzimos em 50% em apenas vinte anos, o número de cafeeiros no Estado do Paraná, veja o ônus social que gerou isso. A problemática é um dos fatores do êxodo rural. Isso como disse, compõe um quadro bem mais amplo, que nós precisamos analisar com mais rigor.

E este Governo, este regime, tem sido extremamente salutar para esses interesses monopolistas. E se reflete não só na política do Ministro Camilo Pena, mas se reflete por exemplo, quando grande parte de homens públicos respon-

sáveis ligados à Oposição nesse País, condenarem. Tivemos oportunidade também, na tribuna, de fazer isso, a presença de multinacionais que dominam setores da comercialização e setor, inclusive, de venda ao consumidor.

Quando nós condenávamos a presença da Melita no Brasil, uma multinacional que entraria exatamente no setor de torrefação, quando hoje temos milhares e milhares de torrefações de pequenas famílias, pequenas empresas dedicadas a esse setor, e que como outros setores, os moinhos coloniais, até do sorvete em que cada esquina deste Brasil, tínhamos uma fabriquetinha de sorvete. E hoje, as multinacionais como a Kibon, a Gelato, por pertencerem a multinacionais, acabam dominando o mercado. Nós ficamos a ver, até neste episódio, de como o Governo não se controla, é dominado, é controlado e as decisões neste País, como disse Kurt Mirrow, são feitas a 11 mil km. de Brasília. E o exemplo típico está no café.

Pratica-se um verdadeiro crime social, aliado a uma criminosa política econômica, acabando com as pequenas e médias propriedades, e como Vossa Excelência que é de uma região de cafeicultura sabe melhor do que nós, exatamente aqui, a produção de café está inserida nessa agregação produtiva que é a produção de alimentos. Porque intercalam-se ao café, a produção do feijão, a produção do arroz e de outros produtos.

Portanto, hoje, diminui-se a produção de café, diminui-se o número de cafeeiros, diminui-se o homem ligado ao campo a essa atividade. E por sua vez, também diminui-se a produção de comida e falta comida na cidade, falta comida também no campo.

É óbvio que isto está dentro desse plano geral, desse grande problema maior que é o País, esse sistema que jamais se lembrou do aspecto social e que, mesmo no aspecto econômico, está ligado aos grandes interesses principalmente, do monopolismo internacional.

Por isso, parabenizamos Vossa Excelência pela sua manifestação, em que pese, sabermos da pouca repercussão que tem isso junto aos destinos do Brasil, mas é o registro que se faz, de homens do PMDB, estarem sempre atentos, como José Richa no Senado e, recentemente nesse seu projeto, como Vossa Excelência hoje, incisivamente, condenando a política econômica do País, que condena um de seus setores que é a cafeicultura, e com seu agravamento social cada dia maior.

Muito obrigado e parabéns pela sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa comunica ao nobre Deputado que resta trinta segundos do horário concedido a Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) A Liderança do PMDB concede seu horário de quinze minutos ao Deputado que está na tribuna para conclusão de sua oração.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Com a palavra, O Deputado Tadeu Lúcio Machado, no horário da Liderança do PMDB.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, principalmente pela profundidade, no tocante à produção de alimentos promovida pela cafeicultura, quando se intercala o plantio de outros produtos agrícolas junto com o plantio do café.

Evidentemente, que com a erradicação do café e com opção para o plantio de cana-de-açúcar ou de soja, haverá uma diminuição sensível na mão-de-obra e um êxodo muito grande do trabalhador rural, teremos como consequência a diminuição de produção de outros alimentos, como é o caso do milho, do feijão, do arroz, etc.

Sendo assim, agradeço o aparte de Vossa Excelência

e peço permissão para incorporá-lo ao meu pronunciamento. Concedo o aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Não vejo porque Vossa Excelência e os demais Deputados estão surpresos, porque o modelo econômico brasileiro foi feito para isto mesmo. Um País com bastante gente pobre trabalhando para alguns poucos ricos. Se não vejamos dois aspectos de seu pronunciamento: um econômico, outro político.

No aspecto econômico, há quatro anos atrás esta Casa recebeu uma delegação do Banco Central. Vivíamos então, a época das secas e foi dito na cara de todos os Deputados, era Presidente o Dr. Paulo Camargo, foi dito a ele, por alta autoridade monetária nacional, o seguinte: que o café não deveria mais ser plantado no Paraná porque o Paraná tem geadas. Ao Paraná estava reservado o glorioso futuro de produzir comida. As lavouras brancas. E como vivíamos e vivemos num regime de exceção, os protestos gerados por ambas as bancadas da época não levaram a nada.

Realmente, dentro do programa geral do País, cabe ao Paraná produzir soja, feijão, batatinha inglesa, isto quando não importarem e também parece que no cronograma dos homens pode plantar salsa e cebolinha verde. Agora, café não. Café foi um negócio assim que resolveram levar para o cerrado. O Paraná este ano será o terceiro produtor do café.

De outra parte é interessante que se diga que nós, que não entendemos de economia, não entendemos também o seguinte: sexta-feira à noite, no Jornal Bandeirantes, o Presidente dos Sindicatos dos Torrefadores de Café do Brasil afirmou o seguinte: que dentro de muito breve, com a retirada do subsídio que hoje é dado ao café, o quilo de café deverá custar Cr\$ 420,00 ao consumidor. Bom, este consumidor que pagando Cr\$ 260,00 já não aguenta mais e está diminuindo o seu consumo, se for pagar Cr\$ 420,00, provavelmente entrará no mesmo time do consumidor de leite.

O Brasil, dentro desta política de exportação, conseguiu o máximo, vamos exportar leite! Nós que vínhamos importando o leite, conseguimos o máximo, vamos exportar leite! Está também na "Folha de São Paulo", de ontem. E vamos exportar leite porque aumentou a produção? Não, porque caiu o consumo. Então, vejam bem, Srs. Deputados, não estamos entendendo, realmente a diminuição de consumo de tudo no Brasil, não é apenas de automóveis, é um fato que está dentro do cronograma dos homens; eles querem que o povo brasileiro passe fome para poderem exportar, para trazer dólares para eles se locupletarem. Esta é a grande verdade.

No aspecto econômico, o negócio está bem dentro do cronograma deles. Primeiro ao Paraná, reservado para as culturas chamadas brancas. Daqui a uns tempos não vamos poder nem criar boi, que está reservado para a Volkswagen, lá no Amazonas, e para os outros. Aqui no Paraná, não deve haver boi, não deve haver café; o algodão, eles estão estudando, mas temos que plantar bastante feijão, milho, criar porco, para vender barato para eles, está tudo dentro do cronograma.

No aspecto político gostaria de registrar novamente, nesta Casa a diferença dos tempos.

Há exatamente dezoito anos atrás, ou mais precisamente, faltam apenas vinte dias para que se complete dezoito anos, um Governador de então, deste Estado, dentro de um regime que se dizia comunista, anarquista, sindicalista, do Sr. João Goulart, esse Governador tinha coragem. E lembro-me que exatamente há 18 anos atrás, menos vinte dias, aquele Governador foi à minha casa, porque iria participar de uma reunião em Francisco Beltrão, de entrega de títulos e de lá teve que sair às pressas porque liderava — e tinha coragem para isso — liderava um movimento contra o Governo Federal, sobre o problema do café. E de Francisco Beltrão, diretamente para Marília, o Sr. Governador de então, o Sr. Ney Braga, assumia neste

País, uma campanha memorável, porque tinha coragem, os tempos mudaram. Hoje é o mesmo Governador, mas hoje, não os mesmos pés de café, não ao mesmo preço, relativo, mas é a tal história: — os poderosos de hoje não podem ser criticados.

E é por isso que nós temos tentado dizer desta tribuna; e não é em relação à pessoa do Governador, é em relação ao governo como um todo.

Nós estamos acovardados, porque vejam, os Srs. Deputados. Exatamente há dezoito anos atrás, o Governo de então, era inquinado de tudo: de comunista, de sindicalista, de anarquista, de irresponsável. Mas a verdade é que pressão o Governador de então que era seu amigo, inclusive esse Governador teve a coragem de sair e em Marília empunhar a bandeira dos cafeicultores e estes, à época, tiveram uma vitória.

E hoje? Pergunto. Por que não se faz a mesma coisa?

Teremos medo dos homens que estão tentando fechar a abertura?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de

Vossa Excelência e a temerosidade das autoridades paranaenses, é fato notório e não há necessidade de acrescentar mais nada.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lúcio Machado, estou achando Vossa Excelência um homem que defende dignamente a nossa região.

Estou achando em Vossa Excelência aquele moço dinâmico que veio para cá, para a Assembléia Legislativa, com os méritos devidos aos homens que lutam pelo bem-estar de sua terra e de sua gente.

Só que estou estranhando Vossa Excelência defender com justeza as plantas nobres, Vossa Excelência defende os cafeicultores, que é uma necessidade, uma obrigação premente, dos Parlamentares, e de todos os responsáveis pela política econômica e social do Paraná.

Mas, não vejo hoje, Vossa Excelência nesta tribuna, defender o “bóia-fria”, defender o plantador de cebola, defender o plantador de feijão, defender o plantador de milho, que tem o preço mínimo - no milho - fixado a Cr\$ 1.200,00 a saca, não vejo Vossa Excelência com aquela mesma euforia do candidato de sempre, a defender o plantador de cebola com o preço aviltado como está hoje; não vejo Vossa Excelência a defender a cultura branca de nossa terra, do Norte Pioneiro.

Vossa Excelência, com muita razão, com muita justeza, vem defender com dignidade, os plantadores da planta nobre, que é o café, que é a mola real da plantação brasileira.

Mas, também, pediria a Vossa Excelência que dissesse algo sobre a plantação do feijão, sobre o preço mínimo fixado para o milho, que é do homem da mão calosa, que puxa o rabicho da enxada e o cabo do arado.

Vossa Excelência, com toda a dignidade e com todo respeito, baseou sua campanha para vir a esta Casa, com muita dignidade e com o voto do povo, dos plantadores de cebola, que também hoje estão com os preços aviltados.

Então, pediria a Vossa Excelência que, no próximo discurso olhasse com mais acuidade, com mais seriedade para os homens que plantam feijão, milho, cebola e batata, para que não venhamos aqui a criticar o preço mínimo do feijão, que está custando muito na panela do operário paranaense e brasileiro. E lá no mato, irmos dizer que o preço está aviltado.

E é por isso que, dentro do respeito que tenho por Vossa Excelência, peço que não defenda só as plantas nobres, não defenda só os cafeicultores que merecem a nossa defesa. Mas, defenda, também, os “bóias-frias”, defenda os homens que o trouxeram para cá, os homens que lutam cotidianamente, e

Vossa Excelência sabe que é a maioria da nossa região; e Vossa Excelência sabe que o nosso Governo defende a cafeicultura. Digo o Governo Estadual, Deputado Tadeu Lúcio Machado, este homem que sacrificou a sua saúde pelo bem-estar do Paraná, que se chama Ney Braga.

Defenda, e diga porque o preço mínimo, do milho é Cr\$ 1.200,00 a saca; diga porque a batatinha está por um preço bom; diga porque o feijão lá da lavoura está por um preço bom, ou então teremos, por parte de Vossa Excelência, dois pesos e duas medidas. Ou defendemos o homem da lavoura ou defendemos paralelamente os operários das cidades grandes que também não podem pagar caro o feijão, a batata, o milho e os cereais de primeira necessidade.

Vossa Excelência está partindo para a defesa das plantas nobres.

Faz muito bem.

E nós, como humildes, como homens que estamos, talvez, superados, estamos defendendo os lavradores, os homens “bóias-frias”, os homens que não têm defesa, e só a têm na época de campanha.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de

Vossa Excelência, e o Presidente já comunicou que só tenho dois minutos. Se tivesse mais tempo, iria defender o plantador de milho, de feijão, de arroz, de trigo.

Mas, terei outra oportunidade, nobre Deputado.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PP.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra, com satisfação, as presenças neste plenário, do Vereador Jorge Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama e do Sr. Bartolomeu Martinez Valério, Vice-Prefeito de Lupionópolis.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 01/81, (Mens. Govern. n.º 02/81), que aprova os convênios celebrados em 11/11/80, entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 02/81, (Mens. Govern. n.º 07/81), que aprova os termos aditivos ao Ajuste de Cooperação Financeira, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Iporã, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia e Cadeia Pública da sede do município citado. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos datados de 21 de outubro de 1980, ao Ajuste de Cooperação Financeira celebrado em 27 de julho de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Iporã, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
ANTÔNIO FACCI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 03/81, (Mens. Govern. n.º 08/81), que aprova os Convênios n.ºs 16/80 e 30/80, celebrados entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, objetivando a execução das obras de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 03/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios de n.ºs 16/80 e 30/80, celebrados, respectivamente, em 20 de agosto de 1980 e 28 de novembro de 1980, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, objetivando a execução das obras de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 04/81, (Mens. Govern. n.º 13/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando a execução de obras de desenvolvimento de infra-estrutura urbana.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 53/79-SEPL, celebrado em 30 de setembro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando a execução de obras de desenvolvimento de infra-estrutura urbana.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 05/81, (Mens. Govern. n.º 14/81), que aprova os termos de convênios

celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com os municípios aqui nominados, visando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura, na área industrial.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 05/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e os municípios adiante mencionados:

Marechal Cândido Rondon, em 25/9/80; Cascavel, Toledo e Marmeleiro, em 7/10/80; Dois Vizinhos, Clevelândia, Londrina, Maringá, Medianeira e Pato Branco, em 4/11/80; Francisco Beltrão, Jaguariaíva, Ponta Grossa e Umuarama, em 5/11/80 e Cambira, em 16/12/80, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 06/81, (Mens. Govern. n.º 15/81), que aprova os termos de ajuste ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando a elaboração do projeto “Estudos para uma política de Desenvolvimento Industrial do Paraná” e do “Projeto Pesquisa Conjuntural do Comércio”.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 06/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de ajuste datados de 27 de junho e 29 de outubro de 1980, ao convênio SISNIC n.º 1/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e Comércio, objetivando, respectivamente, a elaboração do projeto “Estudos para uma Política de Desenvolvimento Industrial do Paraná” e do projeto de “Pesquisa Conjuntural do Comércio”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 07/81, (Mens. Govern. n.º 16/81), que aprova o termo de convênio n.º 01/81, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de São Paulo, e do Departamento Hidroviário da Secretaria dos Transportes, objetivando ligar as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá, via transporte hidroviário. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 07/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Cooperação SEPL n.º 1/81, celebrado em 05 de janeiro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planeja-

mento, a Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de São Paulo, através do Departamento Hidroviário da Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando ligar as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá, via transporte hidroviário.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
ANTÔNIO COTRIM, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Édina Gabriel Moreira, ocorrido na Cidade de Castro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Senhor Paulo Milek Sobrinho, ocorrido na Cidade de Castro.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rachid Scaff, ocorrido em Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Cordeiro Wolff, ocorrido em Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 173/80, de sua autoria, que visa conceder título de cidadão honorário ao Senhor João Calixto de Medeiros.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 30/80, que trata da criação do Município de Boa Vista da Aparecida, atual Distrito de Capitão Leônidas Marques.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 194/79, que trata da legalidade de transferência de área territorial de um município para outro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lineu Mansani Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Senhor Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada.— **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — A votação já é matéria vencida.

Já estava há bastante tempo declarado aprovado o requerimento e eu estranho que esteja sendo assim encaminhado para verificação de votação, de uma forma até que a gente não pode compreender, porque o Deputado estava praticamente desligado do assunto.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa vai responder a Questão de Ordem levantada pelo Senhor Deputado Lineu Turra e em seguida concederá a palavra a Vossa Excelência.

A Mesa comunica ao nobre Deputado Lineu Turra, que colocou em votação, foi aprovado e foi pedida a verificação, quando ainda não tinha passado para outra matéria.

Por esse motivo ...

O SR. LINEU TURRA — Só que eu estranho que Vossa

Excelência tenha esperado bastante e parece que houve uma insinuação ao Deputado para que pedisse a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Se Vossa Excelência pensa assim, nobre Deputado, a Mesa não marca mais o tempo para passar de uma matéria à outra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Em vista da resposta sábia de Vossa Excelência, retiro a minha questão de ordem.

Vossa Excelência fez das minhas palavras, a vossa palavra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa vai proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

4 Senhores Deputados o aprovam,

7 Senhores Deputados o rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 2, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 08/81, 09/81 e 10/81.

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 112/79, 11/81, 12/81 e 13/81; e dos Projetos de Lei n.ºs 49/79, 16/81 e 30/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 20/80 e 25/81. Levanta-se a sessão.